

# Setor Terciário no Brasil: análise do emprego e da desigualdade dos rendimentos do trabalho — 1992-01

Rosana Ribeiro

Professora Doutora do Instituto de Economia  
da Universidade Federal de Uberlândia.

Adir A. Juliano

Professora do Instituto de Economia da Universidade  
Federal de Uberlândia.

## Resumo

*O intenso crescimento relativo do Setor Terciário na estrutura de emprego é um fenômeno mundial. A análise do caso brasileiro, que o texto empreende para o período 1992-01, mostra: (a) que esse crescimento foi contrapartida do encolhimento dos Setores Primário e Secundário; (b) que os segmentos do Terciário que mais absorvem ocupados permanecem os mesmos; e (c) que a já elevada informalização se acentuou — portanto, a inserção ocupacional não trouxe inclusão nos direitos sociais do trabalho. O texto mostra também que, em alguns subsetores do Terciário, ocorreu uma redução na desigualdade dos rendimentos do trabalho em consequência de um achatamento mais acentuado das melhores remunerações. A desconcentração não resultou, portanto, de uma elevação significativa dos rendimentos das pessoas situadas nos estratos de menores remunerações.*

## Palavras-chave

**Setor Terciário; informalização; desigualdade de rendimentos.**

## *Abstract*

*The intense relative growth in the tertiary sector in regards of the employment structure is a worldwide phenomenon. The analysis made in this article of the Brazilian case, between 1992 and 2001, shows that: 1) this growth was the counterpart of the reduction in the primary and secondary sectors, 2) that the segments in the tertiary sector which take on the largest part of people dismissed*

*from the primary and secondary sectors remain the same, and 3) that the already high number of people working in the informal market has increased — therefore, the occupational insertion has not led to inclusion of social rights in the workplace. The article also shows that in some sub-sectors of the tertiary sector there has been a reduction in the inequality of the profits from the job due to a intense flattening of the top compensations. The spreading, thus, has not resulted from a relevant raise of people's income of the people who make the lowest compensations.*

### **Key words**

**Tertiary Sector; informalization; income difference.**

### **Classificação JEL: J21.**

**Artigo recebido em 22 jan. 2004.**

Nos anos 90, o Brasil e os demais países da América Latina introduziram um conjunto de reformas estruturais, que abarcaram abertura comercial, liberalização financeira, privatizações e, em alguns casos, alterações na legislação trabalhista. Houve muitas expectativas quanto aos resultados dessas reformas por parte de seus defensores, que alegavam que as taxas de crescimento se elevariam graças à reorientação da estrutura produtiva, que passaria do modelo de substituição de importações para um modelo voltado para o mercado externo. Para eles, essa transformação acarretaria maior eficiência no plano microeconômico, melhor aproveitamento das economias de escala e moderação dos movimentos de *stop and go* da economia.

As vantagens comparativas da América Latina, afirmavam, estavam apoiadas em mão-de-obra pouco qualificada, e seu prognóstico apontava que, eliminando um suposto viés a favor do capital, o investimento em geral e as tecnologias selecionadas seriam intensivas em mão-de-obra. Como consequência, haveria distribuição mais eficiente de recursos, o que facilitaria a dinamização do crescimento, com mais emprego, em especial para trabalhadores pouco qualificados. Além disso, a maior ênfase nas exportações também geraria mais

postos de trabalho, pois, argumentavam, a intensidade do uso de mão-de-obra na produção destinada à exportação era superior à existente na produção para o mercado interno.

As reformas, assim, ajudariam a melhorar a distribuição de renda, uma vez que a maior demanda por mão-de-obra pouco qualificada influenciaria positivamente os menores salários — ou seja, reduzir-se-iam as diferenças salariais entre trabalhadores qualificados e pouco qualificados.

Mas a implementação dessas reformas impôs um ajuste ao mercado de trabalho nacional que frustrou essas expectativas, inclusive a de crescimento significativo do emprego nas atividades intensivas em mão-de-obra dos Setores Primário e Secundário. O que se verificou, no caso brasileiro, por exemplo, foi a concentração da geração de postos de trabalho no Setor Terciário.<sup>1</sup> No mais, a taxa de ocupação reduziu-se, a taxa de desemprego cresceu e o setor informal predominou na geração de postos de trabalho.

No Brasil, a população ocupada absorvida pela indústria de transformação vinha-se expandindo até o início dos anos 80, quando cessou essa tendência, ao mesmo tempo em que se consolidou o movimento de redução da participação do emprego na agricultura e se manteve o crescimento do peso do Terciário. A partir da década de 90, o percentual de pessoas ocupadas absorvidas pela indústria de transformação reduziu-se, e intensificou-se a ampliação da importância do Terciário.

Levando em conta esse ajuste do mercado de trabalho, é fundamental investigar a distribuição das pessoas ocupadas no Setor Terciário, tendo em conta a posição na ocupação e a evolução da desigualdade dos rendimentos do trabalho. Esse é o objetivo deste trabalho.

Na próxima seção, faz-se uma tentativa de problematizar as transformações na estrutura setorial do emprego, confrontando diversas interpretações; na seguinte, é investigado o caso brasileiro, priorizando o passado recente, e, na subsequente, procura-se apreender se, no Brasil, a inserção ocupacional no Terciário conduz à inclusão social; e, finalmente, trata-se da evolução da desigualdade dos rendimentos do trabalho, entre 1995 e 2001, nos subsetores do Terciário.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Neste artigo, o setor serviços equivale à antiga nomenclatura Setor Terciário, que compreende as atividades de comércio, transporte e serviços.

<sup>2</sup> Desde outubro de 2003, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibilizou os microdados relativos à **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — 2002** (PNAD), para a qual adotou a Classificação Nacional de Atividades Econômicas para pesquisas domiciliares (CNAE/DOM), não inteiramente compatível com a classificação utilizada até 2001. Isso trouxe algumas limitações para a construção de séries históricas, pois, quanto maior o nível de desagregação dos dados, em um estudo que leve em

## A expansão do peso do Setor Terciário na estrutura de emprego

Nas economias avançadas, tem havido aumento do peso do Setor Terciário na estrutura de emprego, desde os anos 70, em detrimento do emprego industrial. Segundo dados de Rowthorn e Ramasway (1997), a participação do emprego industrial declinou de 28% para 18% do total entre 1970 e 1994, mas a extensão do declínio não foi uniforme: foi, por exemplo, mais pronunciada nos EUA (de 28% para 16% no período 1965-94) que na União Européia (de 30% em 1970 para 20% em 1994) ou no Japão (de 27% em 1973 para 23% em 1994). Em números absolutos, no entanto, o emprego industrial não apresentou grandes alterações nos EUA e no Japão. Observe-se, ainda, que, simultaneamente, no caso norte-americano, o emprego no setor serviços passou de 56% em 1960 para 73% em 1994.

De acordo com esses autores, o movimento de desindustrialização, por eles entendido como o crescimento da importância do Setor Terciário, não é um fenômeno negativo, mas, sim, um estágio do processo de desenvolvimento econômico. Durante a industrialização, houve queda absoluta e relativa do emprego agrícola e aumento absoluto e relativo do emprego industrial; no atual estágio, a principal tendência é de diminuição relativa do emprego industrial e de elevação da participação do Setor Terciário na geração de emprego. Assim, a agricultura e a indústria, sucessivamente, já ocuparam a função de eixo dinâmico das economias capitalistas, mas, no atual período, é o Setor Terciário e, mais especificamente, os serviços que teriam passado a se destacar no papel de motor do lucro capitalista e na estrutura de emprego.

Há economistas que atribuem a ampliação relativa e absoluta do emprego no Terciário às alterações na demanda. Um deles é Bell, quando afirma que, conforme

“(...) a renda aumenta, segundo o teorema de Cristian Engel (...) a proporção de dinheiro gasto com alimentação no domicílio começa a se reduzir e os incrementos marginais são gastos, de início, com bens duráveis e, posteriormente, com itens de luxo, como recreação e assemelhados. Assim, um terceiro setor, aquele dos serviços

---

conta a distribuição setorial de pessoas ocupadas, maior o erro. Neste artigo, procura-se observar as transformações no Terciário a partir dos anos 90, dividindo-o em subsetores e segmentos, o que permite constatar mudanças que não seriam apreendidas com dados mais agregados. Por essa razão, 2001 é o último ano do período aqui analisado.

personais, começa a crescer (...) à medida que novas necessidades e gostos se desenvolvem” (Bell, 1973, p.120).

Essa formulação se baseia em três argumentos: (a) a renda média das famílias elevou-se, em conseqüência do aumento da produtividade do Setor Secundário; (b) essa elevação provocou a saturação da demanda por bens de consumo e seu deslocamento para os serviços; (c) associado ao uso mais extenso de mão-de-obra característico do setor, o crescimento da demanda por serviços resultou na elevação persistente do emprego em serviços.

De acordo com os dados de Rowthorn e Ramasway (1997) para os países industrializados, quando os produtos da indústria e do setor serviços são mensurados a preços constantes, observa-se que seus pesos no Produto Nacional Bruto (PNB) permaneceram estáveis. Não ocorreu, então, um deslocamento nos gastos que corresponda à magnitude do deslocamento do emprego entre os dois setores. Conseqüentemente, o crescimento da parcela dos serviços no valor adicionado, a preços correntes, estaria simplesmente refletindo a elevação dos preços relativos desse setor, que poderia ser atribuída ao crescimento desigual da produtividade tanto nesse setor quanto na indústria.

Empiricamente, todavia, não se comprova a mudança no peso do produto de cada setor no PNB sugerida pela hipótese do deslocamento de gastos. No mais, quando se mede a participação dos serviços no PNB, também em termos reais, o resultado obtido para a economia norte-americana é, basicamente, o mesmo da Índia:

“O ajuste na parcela da renda gasta com serviços, com base nas medidas do PIB real, portanto, confirma que a propensão geral para gastos com serviços em um país não depende significativamente do seu nível de renda per capita. Na verdade, estimando-se a demanda de serviços como uma função da renda real e preços dos serviços, deflacionados pelo índice de preços do PIB nacional, Summers afirma que a elasticidade-renda da demanda global se diferencia de forma pouco significativa de uma unidade” (Wieczorek, 1995, p. 219)<sup>3</sup>.

Autores como Baumol (1985) e Rowthorn e Ramasway (1997) centram, nas variações do lado da oferta, suas explicações sobre o deslocamento do

---

<sup>3</sup> Tradução livre do texto original: “*The adjustment of income share spent on services on the basis of real GDP measures thus confirms that a country’s overall openness to spend services does not depend to any significant extent on its per capita income level. Indeed, by estimating demand services as a function of real income and prices of services, deflated by national GDP price index, Summers finds that overall income elasticity of demand differs insignificantly from unity*” (Wieczorek, 1995, p. 219).

emprego para o setor serviços. A principal hipótese desses analistas assenta-se nos diferenciais de produtividade intersetoriais, principalmente entre indústria e serviços: sendo a produtividade mais baixa neste último, o crescimento do seu produto impõe maior absorção de trabalhadores do que a necessária no setor industrial. Pode-se perceber, pelos dados da Tabela 1, que a taxa média de crescimento do produto no setor serviços e na manufatura foi similar entre 1960 e 1994, mas a produtividade cresceu mais intensamente na indústria.

Tabela 1

Crescimento médio anual do produto, da produtividade e do emprego em países industrializados — 1960-94

PERÍODOS	PRODUTO		PRODUTIVIDADE		EMPREGO	
	Manufatura	Serviços	Manufatura	Serviços	Manufatura	Serviços
1960-70	6,3	5,3	4,6	3,0	1,7	2,4
1971-94	2,5	3,3	3,1	1,1	-0,6	2,2
1960-94	3,6	3,8	3,6	1,6	0,0	2,2

FONTE: ROWTHORN, R.; RAMASWAY, R. **Deindustrialization: causes and implications.** Fundo Monetário Internacional, 1997, p. 13. (Working Papers).

Para Baumol (1985), o crescimento do emprego no setor serviços, com baixas taxas de produtividade, promoveria uma queda da produtividade na economia. Mas, analisa Wieczorek (1995, p. 225), "(...) o fato de que os serviços mostrem uma média de produtividade do trabalho mais baixa não exclui a possibilidade de que certas categorias de serviços exerçam uma influência muito positiva no crescimento da produtividade da economia"<sup>4</sup>.

Cabe notar a ambigüidade na própria definição do setor de serviços, que dificulta os cálculos de produtividade. Atividades de quase todos os tipos são aí

<sup>4</sup> Tradução livre do texto original: "(...) *the fact services display on average lower labour productivity does not exclude the possibility that certain categories of services exert a very positive influence on economy-wide productivity growth*" (Wieczorek, 1995, p. 225).

englobadas, e o único ponto comum é o que elas “não são”. A tentativa de definir os serviços por suas características intrínsecas, como o caráter intangível das mercadorias produzidas, perdeu o sentido com as novas tecnologias de informação — programas de computador, por exemplo, fundem o conteúdo de informação com a materialização dos bens. Assim, há sérias dificuldades metodológicas para o cálculo de produtividade. Mas, segundo Rowthorn e Ramasway (1997, p.13), “Esses estudos sugerem que qualquer viés de medição da taxa de crescimento da produtividade dos serviços é pequeno em comparação com as maiores diferenças registradas no crescimento da produtividade entre a manufatura e os serviços”<sup>5</sup>.

Atribuir a redução da participação do emprego industrial aos diferenciais de produtividade é algo controverso. Pela própria Tabela 1, pode-se verificar que, na década de 60, a produtividade cresceu significativamente na indústria (4,6%), e o emprego industrial também cresceu a uma taxa razoável (1,7%); já, entre 1971 e 1994, o crescimento da produtividade setorial desacelerou (3,1%), e o emprego contraiu-se (-0,6%). A queda no emprego industrial em países avançados, portanto, ocorreu em um contexto em que a indústria, além de não estar apresentando nenhum crescimento vertiginoso de produtividade, estava, ao contrário, apresentando decréscimo.<sup>6</sup>

Castells e Aoyoma (1994) demonstram que, de fato, cresce o número de empregados no setor serviços, mas isso não significa que o setor industrial esteja desaparecendo ou que sua dinâmica não seja crucial para aquele, pois muitos serviços têm estreita relação com a indústria. Além disso, a atividade industrial continua sendo fundamental para determinar a produtividade e a competitividade de uma economia. No caso norte-americano, as empresas manufatureiras contribuem com 24% do PIB, e outros 25% correspondem aos serviços diretamente ligados às indústrias. Por essa razão, segundo eles, a economia pós-industrial (baseada no setor serviços) é mito, e, atualmente, o mundo estaria apenas diante de um tipo diferente de economia industrial. Nesse novo cenário, o vínculo entre a indústria e o setor serviços foi estreitado.

Eles consideram impossível compreender o crescimento do Setor Terciário *per se*, desconectado das transformações industriais promovidas pela

---

<sup>5</sup> Tradução livre do texto original: “*These studies suggest that any measurement bias in the growth rate of service productivity is small in comparasion with the larger recorder differences in productivity growth between manufacturing and services*” (Rowthorn; Ramasway, 1997, p. 13).

<sup>6</sup> Observe-se que, pelos dados da Tabela 1, o principal problema para a geração de emprego foi a queda no ritmo de crescimento da produção.

incorporação das mais recentes inovações tecnológicas e organizacionais. Enfim, o ritmo de expansão e a própria criação de novas atividades do Terciário seriam determinados pela capacidade de modernização dos setores produtores de bens, em particular da indústria de transformação, por meio da adoção e da difusão dessas inovações.

A menor participação das atividades de produção de bens — mensurada pelo menor número de horas trabalhadas ou de pessoas ocupadas — não significa, necessariamente, a perda de sua importância para a dinâmica econômica, devendo, pelo contrário, ser entendida como funcional.

## Estrutura setorial de emprego no Brasil

Nos países desenvolvidos, verificou-se uma expansão do emprego no setor serviços, o que também foi um fato para o Brasil, após o avanço da industrialização. Ao final do Plano de Metas, o País caracterizava-se por uma estrutura industrial bastante diversificada, com a presença de setores produtores de bens de capital e de bens intermediários, mas restava ainda algum esforço de substituição de importação nesses dois setores, o que o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) buscou complementar. O resultado foi uma estrutura produtiva moderna, embora não tenha sido eliminada sua heterogeneidade.

Entre os anos 50 e 70, a *performance* da economia brasileira foi excelente, e o PIB cresceu à taxa anual média de 7,9% (IBGE, 1990). A indústria de transformação (9,7% ao ano) e a construção civil (9,6% ao ano) lideraram o crescimento econômico do período, seguidas pelo setor serviços, também com desempenho excelente (7,6% ao ano). A menor taxa de crescimento foi a registrada para a agropecuária (4,7% ao ano).

Os melhores desempenhos no setor serviços foram das instituições financeiras (10,6% ao ano) e de transportes e comunicações (8,9% ao ano), fortemente influenciados pela montagem de setores da indústria pesada, que exigia um conjunto de atividades complementares. Além disso, diante do intenso processo de urbanização do período, os serviços voltados para o indivíduo — concentrados em outros serviços — apresentaram também vigorosa expansão (8,3% ao ano).

Como resultado do processo de industrialização, constituiu-se um Terciário com segmentos modernos, complementares às atividades produtivas, destacando-se as atividades bancário-financeiras e as de transportes e comunicações, e, de certo modo, foram reorganizadas aquelas ligadas à distribuição de mercadorias.

Como contrapartida ao significativo crescimento econômico entre a II Guerra Mundial e o final dos anos 70, a distribuição setorial da População Economicamente Ativa (PEA) alterou-se substancialmente (Tabela 2). Em 1940, dois terços desse agregado pertenciam ao Setor Primário da economia, enquanto o Terciário absorvia perto de 24%, e o Secundário, pouco mais de 10%. No ano de 1980, a participação do Setor Primário na PEA havia caído para 30%, o peso do Setor Terciário ampliara-se para quase 45%, e a participação do Setor Secundário era superior a um quarto do total.

Tabela 2

## Distribuição setorial da PEA no Brasil — 1940-1980

SETORES DE ATIVIDADE	(%)			
	1940	1950	1970	1980
Primário .....	65,9	59,9	44,6	30,2
Secundário .....	10,3	13,7	18,0	25,3
Terciário .....	23,8	26,4	37,3	44,6
<b>TOTAL</b> .....	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 1940/1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1952/1981.

Essa nova configuração reflete o fenômeno do êxodo rural, provocado pela modernização das práticas agrícolas e pelas mudanças nas relações de trabalho no campo, e, em paralelo, a importância adquirida pelas atividades urbanas na absorção da população ativa. Conforme atestam os dados, desde o início desse período, o Setor Terciário mantinha um destacado papel na estrutura de emprego, acabando por assumir a primazia nos anos 70, quando a industrialização brasileira alcançou novo patamar.

A partir de 1980, o cenário macroeconômico foi radicalmente alterado, com a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto alternando expansão e contração. Nesse período, em que pese às diferenças metodológicas em relação aos **Censos Demográficos** (IBGE, 1952/1996), os dados da **Pesquisa Nacional por Amostra**

**de Domicílios**,<sup>7</sup> do IBGE (2002), ratificam a tendência de sensível queda da participação do Setor Primário na estrutura de emprego; com relação ao Secundário, redução nos anos 80 e estabilidade da parcela da população ocupada,<sup>8</sup> que girou em torno de 20% durante a década de 90 (Tabela 3). Entretanto a participação da ocupação do setor serviços na ocupação total continuou crescendo, mesmo com um cenário econômico adverso. De acordo com Melo *et al.* (1998, p. 20), o setor serviços, nos períodos de crise econômica, assume a função de “colchão amortecedor”, pois muitos de seus segmentos são caracterizados por baixa intensidade de capital, mão-de-obra pouco qualificada e inexistência de barreiras à entrada relevantes, o que facilita a incorporação de trabalhadores desempregados ao setor.

A ocupação no Setor Terciário cresceu 34,3% entre 1992 e 2001, o que corresponde a um expressivo ritmo de 3,3% ao ano, e isso significou a incorporação de quase 11,4 milhões de pessoas no período. Se considerado o crescimento absoluto do conjunto de atividades mais caracteristicamente urbanas do Secundário e do Terciário (mais 13,2 milhões de postos de trabalho), percebe-se que, sozinho, este último respondeu pela absorção de 86,5% dos novos ocupados.

Neste estudo, não foi alterada a hierarquia dos subsetores do Terciário<sup>9</sup>, e todos tiveram aumento de participação no total de pessoas ocupadas da economia, salvo o de instituições de crédito e de administração de imóveis. Em relação aos países avançados (Weller, 2001), uma diferença marcante é que, no Brasil, os serviços de distribuição crescem a taxas elevadas, enquanto, naqueles países, houve estancamento em seu crescimento.

---

<sup>7</sup> As informações para as décadas de 80 e 90 têm origem nas PNADs, e os cálculos baseiam-se numa definição de ocupados que abrange as pessoas de 10 anos ou mais que trabalharam na semana de referência, em trabalho remunerado ou não, e aquelas que tinham algum trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas.

<sup>8</sup> Pelos cálculos de Ribeiro (1999), entre 1980 e 1990, a participação da população ocupada no Setor Primário caiu de 30% para 24% em relação ao total, e a do Secundário caiu de 24% para 22%. Deve-se observar que o extrativismo mineral foi incluído pela autora nas atividades do Setor Primário, mas a comparação com os anos 90 não fica prejudicada, pois a ocupação nesse segmento é uma parcela muito pequena do total.

<sup>9</sup> O Setor Terciário foi dividido, neste estudo, em cinco subsetores de atividade: serviços sociais; serviços pessoais; serviços de distribuição e comunicações; serviços de produção; e instituições de crédito e administração de imóveis. A classificação definida pela Standard Industrial Classification, adotada por vários organismos internacionais, não foi utilizada, pois não permite ressaltar a importância de certos segmentos na expansão do Terciário.

Tabela 3

Distribuição setorial das pessoas ocupadas no Brasil — 1992-2001

	(%)			
SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA	1992	1993	1995	1996
<b>Setor Primário</b> .....	28,4	27,5	26,1	24,6
<b>Setor Secundário</b> .....	20,5	20,8	19,7	19,9
Indústria extrativa .....	0,5	0,5	0,4	0,3
Indústria da transformação .....	12,5	12,4	11,9	12,0
Construção .....	6,6	6,9	6,5	6,8
Serviços industriais de utilidade pública .....	0,9	1,0	0,9	0,8
<b>Setor Terciário</b> .....	51,2	51,7	54,2	55,5
Serviços sociais .....	13,0	13,0	13,3	14,0
Serviços comunitários e sociais .....	1,4	1,3	1,4	1,5
Serviços médicos .....	2,3	2,3	2,4	2,7
Ensino .....	4,7	4,8	4,9	5,1
Administração pública e outros .....	4,6	4,6	4,6	4,7
Serviços pessoais .....	15,0	15,1	16,3	16,3
Serviços de alojamento e alimentação ....	3,3	3,2	3,6	3,6
Serviços pessoais e domiciliares .....	11,2	11,4	12,2	12,1
Serviços de diversões .....	0,5	0,5	0,5	0,6
Serviços de distribuição e comunicações ....	15,7	16,3	16,7	17,2
Comércio .....	12,2	12,8	13,1	13,4
Transportes .....	3,1	3,1	3,2	3,3
Comunicações .....	0,4	0,4	0,4	0,5
Serviços de produção .....	5,7	5,7	6,2	6,4
Serviços de reparação e conservação ....	2,8	2,8	2,9	2,9
Serviços técnicos profissionais .....	1,7	1,7	2,0	2,1
Serviços auxiliares da atividade econô- mica .....	1,2	1,2	1,3	1,4
Instituições de crédito e de administração de imóveis .....	1,8	1,8	1,5	1,5
Instituições de crédito .....	1,4	1,4	1,1	1,1
Comércio e administração de imóveis .....	0,4	0,4	0,4	0,4
<b>TOTAL</b> .....	100,0	100,0	100,0	100,0

(continua)

Tabela 3

## Distribuição setorial das pessoas ocupadas no Brasil — 1992-2001

	(%)			
SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA	1997	1998	1999	2001
<b>Setor Primário</b> .....	24,3	23,5	24,4	20,7
<b>Setor Secundário</b> .....	20,1	20,2	19,4	20,0
Indústria extrativa .....	0,3	0,4	0,3	0,3
Indústria da transformação .....	11,9	11,3	11,1	11,8
Construção .....	7,1	7,7	7,2	7,1
Serviços industriais de utilidade pública .....	0,8	0,9	0,8	0,8
<b>Setor Terciário</b> .....	55,6	56,3	56,3	59,3
Serviços sociais .....	13,8	14,3	14,2	14,7
Serviços comunitários e sociais .....	1,5	1,7	1,5	1,5
Serviços médicos .....	2,6	2,7	2,7	3,0
Ensino .....	5,1	5,3	5,3	5,4
Administração pública e outros .....	4,6	4,6	4,7	4,8
Serviços pessoais .....	16,8	16,5	16,4	17,4
Serviços de alojamento e alimentação ...	3,8	3,7	3,6	3,9
Serviços pessoais e domiciliares .....	12,3	12,1	12,2	12,8
Serviços de diversões .....	0,7	0,7	0,6	0,7
Serviços de distribuição e comunicações ....	17,4	17,5	17,4	18,5
Comércio .....	13,4	13,5	13,5	14,3
Transportes .....	3,5	3,5	3,4	3,6
Comunicações .....	0,5	0,5	0,5	0,6
Serviços de produção .....	6,4	6,7	6,9	7,3
Serviços de reparação e conservação ...	2,8	2,9	3,0	2,9
Serviços técnicos profissionais .....	2,1	2,2	2,2	2,4
Serviços auxiliares da atividade econô- mica .....	1,5	1,6	1,7	2,0
Instituições de crédito e de administração de imóveis .....	1,5	1,4	1,4	1,4
Instituições de crédito .....	1,1	1,0	1,0	1,0
Comércio e administração de imóveis ...	0,4	0,4	0,4	0,4
<b>TOTAL</b> .....	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993/2002.

Dentre os segmentos do Terciário<sup>10</sup>, cabe mencionar, sobretudo, o comércio e os serviços pessoais e domiciliares, que eram, destacadamente, os que abrigavam maior contingente de ocupados em 1992 (12,2% e 11,2% respectivamente), seguidos pelas atividades de ensino (4,7%) e administração pública e outros (4,6%). E, em que pese à elevação do percentual do Terciário no total das pessoas ocupadas ao longo dos anos, esses segmentos mantiveram-se como os principais absorvedores de mão-de-obra.

Com respeito ao comércio, trata-se de um segmento heterogêneo, pois reúne postos de trabalho bem remunerados e que exigem uma determinada qualificação dos trabalhadores, mas também — e principalmente — cargos de baixa remuneração e de pouca qualificação, ao passo que, nos serviços pessoais, é mais acentuado o predomínio dos postos de trabalho de baixa remuneração e pouca qualificação.

Nas atividades de ensino, por sua vez, prevalecem ocupações que exigem escolaridade acima da média, porém as remunerações não são elevadas, enquanto, na administração pública, que também se caracteriza por uma boa parcela de pessoas com escolaridade mais elevada, a remuneração média é bem superior à setorial, como será visto adiante.

Entre 1992 e 2001, como se vê na Tabela 3, apenas o segmento instituições de crédito sofreu redução em sua participação na ocupação, de 1,4% para 1,0%, o que não causa surpresa, dada a profundidade da reestruturação produtiva nas empresas do sistema financeiro, nesses anos.

Lembrando que o número de pessoas ocupadas no Terciário cresceu 34,3%, cabe ressaltar-se que, dentre os principais segmentos absorvedores de mão-de-obra, apenas no comércio a variação foi superior à setorial (36,4%). Para ensino e serviços pessoais, o crescimento foi um pouco menor, de 32,2% em ambos, enquanto a administração pública teve seu peso no Terciário reduzido, pois cresceu bem abaixo da média: 21,9%. Enfim, constata-se que nenhuma alteração significativa marcou a composição do Setor Terciário na década de 90.

Enquanto, no Brasil, o peso dos ocupados de alguns segmentos do Setor Terciário no emprego total não teve grandes transformações, permanecendo, inclusive, o segmento serviços pessoais e domiciliares como um dos maiores empregadores desse setor, nos países desenvolvidos, por sua vez, até os anos 50, em torno de 50% dos ocupados no Terciário estavam nos serviços domiciliares e pessoais; porém, após a década de 60, os serviços sociais (educação e saúde),

---

<sup>10</sup> Os subsetores do Terciário foram divididos em segmentos de atividade, conforme mostrado na Tabela 3.

bem como os serviços de transportes, de comunicações e financeiros passaram a absorver mais de 50% dos empregados do setor serviços (Silva e Meirelles, 2003).

## Inclusão ocupacional e exclusão social

Desde a década passada, como foi visto, a inserção ocupacional ocorre principalmente no Terciário. Grande parte da população que nele se ocupa<sup>11</sup> possui o direito a um rendimento monetário, apesar de essa inserção ocorrer, muitas vezes, em postos de trabalho precários. Por isso, é importante verificar se, concomitantemente, há efetiva inserção do ponto de vista da seguridade social<sup>12</sup> e dos direitos trabalhistas<sup>13</sup>.

Na década de 90, a informalidade<sup>14</sup> entre os ocupados avançou significativamente, ampliando a exclusão social. Os assalariados sem registro legal (que não têm acesso aos direitos trabalhistas) e a maioria dos trabalhadores por conta própria (que não possuem registro de suas atividades) têm em comum, segundo Cacciamali (2001), o descumprimento de valores (leis, normas e padrões públicos) que deveriam representar parâmetros de comportamento. No caso brasileiro, os ocupados com contrato de trabalho regulamentado possuem seus direitos individuais e coletivos assegurados por lei e contribuem para a previdência

---

<sup>11</sup> Nesta seção, os dados de pessoas ocupadas não incluem os empregadores.

<sup>12</sup> A seguridade social compreende um conjunto de benefícios conferidos aos indivíduos, que visa protegê-los de privações econômicas e sociais que acarretem redução de renda ou uma situação de risco social (Cacciamali; José-Silva, 2003). No Brasil, a seguridade social abrange previdência social, saúde e assistência social.

<sup>13</sup> No caso brasileiro, os direitos individuais e coletivos do trabalho são regulamentados por meio da legislação. Leis cobrindo acidentes de trabalho (1907), trabalho infantil (1926), duração do trabalho (1932), férias anuais (1933/34), o salário mínimo (1940), notificação prévia em caso de dispensa imotivada e outros direitos do trabalho foram incorporados à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. Desde então, novos direitos do trabalho foram introduzidos por meio de lei (Noronha, 1999). A Constituição de 1988, por sua vez, no Capítulo II, artigo 7º, lista 34 direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, tais como Seguro-Desemprego, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, salário mínimo, 13º salário, etc. (Singer, 2003).

<sup>14</sup> Segundo a Organização Internacional do Trabalho, o setor informal compreende o conjunto de atividades econômicas organizadas sob a forma de trabalho por conta própria ou microempresa. O trabalho informal inclui qualquer trabalho sem contribuição à seguridade social. O processo de informalidade é "(...) o processo de mudanças institucionais que deriva das transformações estruturais na produção e no emprego, que são impulsionadas

social<sup>15</sup>. Os trabalhadores por conta própria podem contribuir para a seguridade social autonomamente, preservando seu acesso aos benefícios. Assim, os trabalhadores sem carteira assinada e os autônomos sem contribuição à previdência social estão inteiramente alijados de vários direitos sociais.

De acordo com a Tabela 4, após 1992 a informalização das ocupações no Setor Terciário oscilou ligeiramente, e, no ano de 2001, o percentual de informais era um pouco mais elevado em relação ao início do período estudado, mas uma análise no plano dos subsetores aponta um movimento heterogêneo. Houve crescimento da informalização nos serviços sociais e nas instituições de crédito e de administração de imóveis, de maneira quase continuada, ano a ano; houve manutenção do mesmo nível de 1992, mas com variações anuais, nos serviços de distribuição e de produção; e, por último, redução gradativa nos serviços pessoais.

Nos subsetores em que se expandiu a parcela relativa aos informais, constata-se esse mesmo movimento em todos os segmentos. Já naqueles subsetores em que não se verificaram grandes alterações — distribuição e produção —, a redução no percentual dos informais do comércio (distribuição) e dos serviços de reparação e conservação (produção) contrastou com a elevação nos demais segmentos. Com relação ao subsetor serviços pessoais, a redução é explicada pelos segmentos serviços de alojamento e alimentação e serviços pessoais e domiciliares.

Na maioria dos segmentos (em 11 deles), prevaleceu uma ampliação da participação dos informais na comparação entre 1992 e 2001, sendo que, em vários deles, como reflexo da elevação nos percentuais dos assalariados sem carteira de trabalho assinada e dos trabalhadores por conta própria. Nos serviços auxiliares das atividades econômicas e na administração pública, a expansão decorreu do aumento da participação de assalariados sem carteira e dos trabalhadores não remunerados, não se notando alteração nos percentuais dos

---

pela liberalização do comércio, pela maior integração das economias à economia mundial e pela revolução tecnológica em andamento" (Cacciamali; José-Silva, 2003, p. 7). Neste artigo, os ocupados formais compreendem os assalariados com carteira de trabalho assinada, militares e funcionários públicos estatutários; os ocupados informais, por sua vez, correspondem aos assalariados sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria e não remunerados.

<sup>15</sup> Os benefícios oferecidos aos segurados contribuintes são: aposentadoria (por idade, invalidez, tempo de contribuição ou especial); Auxílio-Doença e Auxílio-Reclusão; Pensão por Morte; Salário-Maternidade e Salário-Família. A Constituição de 1988 estabeleceu a universalização dos serviços públicos de saúde e o benefício de prestação continuada da assistência social aos carentes, idosos, homens e mulheres com mais de 67 anos e deficientes.

trabalhadores por conta própria<sup>16</sup>. Por outro lado, em comunicações e em serviços comunitários e sociais, cresceu o peso dos trabalhadores por conta própria e não remunerados, mas, no primeiro, cresceram também os assalariados sem carteira. No ensino, por sua vez, ocorreu apenas expansão dos assalariados sem carteira. Ressalte-se que, embora a formalização tenha avançado no comércio, nos serviços pessoais e domiciliares, de alojamento e alimentação e de reparação e conservação, a maioria dos ocupados permanece na informalidade.

Em suma, entre os principais segmentos absorvedores de pessoas ocupadas do Terciário — comércio, serviços pessoais, ensino e administração pública —, nota-se que, nos dois primeiros, a informalização se manteve elevada entre os ocupados e que, nos dois últimos, o percentual de trabalhadores nessa condição, embora não predomine, cresceu no período analisado.

E a cobertura social dos trabalhadores por conta própria do Terciário evoluiu negativamente: pelos dados das PNADs, 71% desses trabalhadores não contribuíam para a previdência social em 1992, e, em 2001, essa parcela, já tão elevada, havia crescido ainda mais, chegando a 79%. Os trabalhadores sem contrato de trabalho e a maioria dos trabalhadores autônomos não tinham acesso aos benefícios da previdência social. De acordo com o **Boletim Estatístico da Previdência Social** (2003), dos 75 milhões de ocupados no País, em 2001, apenas 36% contribuíam para o sistema.

Dessa maneira, apesar de esse setor representar uma possibilidade de inserção do ponto de vista do trabalho, ela ocorre sobretudo pela via da informalidade, e, em geral, o trabalhador nessa condição não tem acesso a vários direitos sociais, pois mesmo o conta-própria que contribui para a previdência não pode, por exemplo, requisitar o Seguro-Desemprego<sup>17</sup>. Conforme afirmam Cacciamali e José-Silva (2003), mais informalidade, menos cidadania.

---

<sup>16</sup> Nos serviços auxiliares das atividades econômicas, os trabalhadores por conta própria representavam 26,8% dos ocupados em 1992 e 26,2% em 2001; no ensino, os níveis eram de 3,8% e 3,7% respectivamente; e, na administração pública, 0,1% nos dois anos.

<sup>17</sup> No Brasil, os requisitos para habilitação ao Seguro-Desemprego são: ter sido dispensado sem justa causa; ter recebido remuneração no período de seis meses imediatamente anteriores à data de dispensa; ter sido empregado de pessoa jurídica ou pessoa física equiparada à jurídica durante, pelo menos, seis meses nos últimos 36 meses que antecederem a data de dispensa que deu origem ao requerimento do Seguro-Desemprego; não estar em gozo de qualquer benefício previdenciário de prestação continuada, exceto Auxílio-Acidente e Pensão por Morte (Brasil, 2003).

Tabela 4

Percentual de pessoas ocupadas, por subsetores e segmentos de atividade do Setor Terciário no mercado informal de trabalho, no Brasil — 1992-2001

SUBSETORES E SEGMENTOS DE ATIVIDADE	1992	1993	1995	1996
<b>SETOR TERCIÁRIO</b> .....	52,3	53,6	54,0	53,3
<b>Serviços sociais</b> .....	19,3	20,4	20,5	22,9
Serviços comunitários e sociais .....	39,7	32,1	35,8	39,9
Serviços médicos .....	20,2	22,7	22,4	24,6
Ensino .....	19,2	21,5	21,7	23,2
Administração pública e outros .....	12,7	14,7	13,5	16,4
<b>Serviços pessoais</b> .....	76,1	76,8	75,2	72,4
Serviços de alojamento e alimentação .....	70,0	72,2	71,0	69,5
Serviços pessoais e domiciliares .....	78,3	78,6	76,9	73,6
Serviços de diversões .....	63,3	62,7	62,5	63,5
<b>Serviços de distribuição e comunicações</b> ....	57,6	58,6	59,3	58,6
Comércio .....	63,1	64,1	64,5	62,8
Transportes .....	43,4	42,7	46,0	48,3
Comunicações .....	9,8	9,0	9,5	15,6
<b>Serviços de produção</b> .....	64,5	67,0	67,0	66,1
Serviços de reparação e conservação .....	80,9	81,3	80,1	79,9
Serviços técnicos profissionais .....	52,3	55,2	59,7	56,9
Serviços auxiliares das atividades econômicas	43,0	48,9	47,8	49,3
<b>Instituições de crédito e de administração de imóveis</b> .....	14,4	17,0	18,0	21,0
Instituições de crédito .....	5,3	7,9	7,3	11,0
Comércio e administração de imóveis .....	50,5	53,8	50,6	51,9

(continua)

Tabela 4

Percentual de pessoas ocupadas, por subsetores e segmentos de atividade do Setor Terciário no mercado informal de trabalho, no Brasil — 1992-2001

SUBSETORES E SEGMENTOS DE ATIVIDADE	1997	1998	1999	2001
<b>SETOR TERCIÁRIO</b> .....	53,3	53,2	54,0	53,6
<b>Serviços sociais</b> .....	22,5	24,4	23,8	27,4
Serviços comunitários e sociais .....	34,8	44,9	40,1	42,2
Serviços médicos .....	23,7	24,5	24,2	29,3
Ensino .....	23,7	23,7	24,2	28,3
Administração pública e outros .....	16,5	17,8	17,9	20,6
<b>Serviços pessoais</b> .....	72,3	71,1	71,3	69,7
Serviços de alojamento e alimentação .....	70,0	68,9	70,8	67,7
Serviços pessoais e domiciliares .....	73,3	71,9	71,8	70,2
Serviços de diversões .....	64,2	68,0	64,3	69,9
<b>Serviços de distribuição e comunicações</b> ....	58,7	60,0	60,3	57,9
Comércio .....	62,7	61,9	63,5	60,4
Transportes .....	51,0	52,1	55,2	55,9
Comunicações .....	12,1	13,7	14,4	13,6
<b>Serviços de produção</b> .....	65,0	65,3	67,2	64,8
Serviços de reparação e conservação .....	79,5	78,7	80,2	77,8
Serviços técnicos profissionais .....	57,8	59,4	59,5	61,3
Serviços auxiliares das atividades econômicas	46,6	47,0	52,8	48,2
<b>Instituições de crédito e de administração de imóveis</b> .....	22,0	23,8	24,2	27,4
Instituições de crédito .....	11,2	14,0	14,4	16,8
Comércio e administração de imóveis .....	53,2	49,4	51,1	54,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993/2002.

## Desigualdade dos rendimentos do trabalho no Terciário

Um dos mais conhecidos indicadores de distribuição de renda, o Índice de Gini,<sup>18</sup> atinge valores acima de 0,5 no Brasil, o que o torna um país com extrema perversidade distributiva. Mas, segundo várias estatísticas, com o início do Plano Real — que obteve êxito no combate à inflação —, houve crescimento na remuneração média dos trabalhadores, o que pode indicar redução de desigualdades. Entretanto esse crescimento foi revertido a partir de 1996, permanecendo uma situação em que o grande absorvedor de mão-de-obra é o Setor Terciário, e, dentre os postos de trabalho criados, cabe destaque aos informais. Nesse contexto,<sup>19</sup> interessa observar a evolução da disparidade dos rendimentos do trabalho entre as pessoas ocupadas<sup>20</sup> nos diversos subsetores do Terciário.

De acordo com os Índices de Gini e de Theil-T<sup>21</sup>, o subsetor com menor desigualdade de rendimentos em 1995 foi instituições de crédito e de administração de imóveis, e o de maior, por sua vez, serviços sociais, enquanto, em 2001, esses lugares estiveram ocupados pelos subsetores serviços pessoais e serviços de produção. No caso do Índice de Theil-L<sup>22</sup>, o subsetor de menor desigualdade foi serviços pessoais e o de maior, serviços de produção, sem qualquer alteração nessa hierarquia entre 1995 e 2001 (Tabela 5).

---

<sup>18</sup> O indicador assume valores de 0 (perfeita igualdade) a 1 (extrema desigualdade). Trata-se de uma medida menos sensível à desigualdade associada à riqueza ou à pobreza extremas, refletindo mais precisamente o que se passa em termos distributivos nos segmentos de renda média (Jannuzzi, 2003).

<sup>19</sup> O ano de 1995 foi definido como o início do período analisado nesta seção, que, assim, abarca tão-somente os anos de baixos índices inflacionários da década de 90. A PNAD não foi realizada em 1994.

<sup>20</sup> Para fins da análise de rendimentos, a população ocupada não inclui empregadores e nem trabalhadores não remunerados ou remunerados apenas em mercadorias e/ou benefícios. Foi considerada, exclusivamente, a remuneração em dinheiro da ocupação principal (ou única), deflacionada pelo INPC. Observe-se que a PNAD é realizada na última semana do mês de setembro (e apenas nos anos não censitários) e coleta dados das remunerações recebidas nesse mês.

<sup>21</sup> No índice de desigualdade dos rendimentos Theil-T, as distâncias entre as rendas na cauda inferior da distribuição recebem peso maior.

<sup>22</sup> No índice de desigualdade dos rendimentos Theil-L, todas as observações recebem peso igual.

Tabela 5

Índices de Gini, de Theil-T e de Theil-L no Setor Terciário,  
no Brasil — 1995 e 2001

SETOR E SUBSETORES	GINI		THEIL-T		THEIL-L	
	1995	2001	1995	2001	1995	2001
<b>Setor Terciário</b> .....	0,55	0,53	0,59	0,56	0,56	0,56
Serviços sociais .....	0,55	0,51	0,58	0,51	0,55	0,46
Serviços pessoais .....	0,47	0,44	0,44	0,40	0,39	0,36
Serviços de distribuição e comunicações .....	0,49	0,48	0,46	0,44	0,45	0,42
Serviços de produção .....	0,54	0,54	0,56	0,58	0,54	0,54
Instituições de crédito e de administração de imóveis .....	0,46	0,48	0,38	0,41	0,40	0,42

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995/2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996/2002.

Em suma, todos os índices apontam a redução, de 1995 para 2001, da desigualdade dos rendimentos dos trabalhadores nos subsectores serviços sociais e serviços pessoais e a elevação nas instituições de crédito e de administração de imóveis. Para os serviços de produção, os Índices de Gini e de Theil-L registram praticamente o mesmo grau de desigualdade, enquanto o Índice de Theil-T aponta sua elevação. Nos serviços de distribuição e comunicações, o Índice de Gini aponta praticamente uma estabilidade, porém os demais índices registram uma queda da desigualdade dos rendimentos (Tabela 5).

Outro indicador do grau de desigualdade de renda é a parcela de massa apropriada, uma medida mais específica e sensível a mudanças no perfil distributivo entre os mais pobres e os mais ricos. Segundo a Tabela 6, os resultados apontados por essa medida não divergem das tendências retratadas pelos indicadores de distribuição de renda mais sintéticos anteriores: redução da desigualdade dos rendimentos nos serviços sociais e nos serviços pessoais (queda da participação do rendimento das pessoas do quintil 5 na renda total) e elevação da concentração nas instituições de crédito e de administração de imóveis (aumento daquela participação), enquanto, nos serviços de produção e nos de distribuição e comunicações, a desigualdade permanece inalterada.

Nos serviços sociais e nos serviços pessoais, a redução das desigualdades favoreceu as pessoas situadas, respectivamente, nos quintis de 1 a 4 e de 1 a 3, tendo-se elevado o peso de suas remunerações no rendimento total (Tabela 6).

Tabela 6

Participação da renda dos quintis na renda total, nos subsetores do terciário, no Brasil — 1995 e 2001

(%)

SUBSETORES	QUINTIS DE RENDA					
	1		2		3	
	1995	2001	1995	2001	1995	2001
Serviços sociais .....	3,22	4,19	6,52	7,21	11,01	11,63
Serviços pessoais .....	4,54	4,46	9,51	10,60	12,35	13,82
Serviços de distribuição e comunicações .....	3,92	4,31	8,12	8,67	12,71	13,26
Serviços de produção .....	3,19	3,55	6,64	6,87	11,35	10,75
Instituições de créditos e de administração de imóveis ....	3,72	3,92	8,72	7,87	14,19	13,11

  

SUBSETORES	QUINTIS DE RENDA			
	4		5	
	1995	2001	1995	2001
Serviços sociais .....	19,41	20,14	59,85	56,84
Serviços pessoais .....	20,06	21,04	53,54	50,08
Serviços de distribuição e comunicações .....	20,39	20,19	54,86	53,56
Serviços de produção .....	19,37	18,64	59,44	60,18
Instituições de créditos e de administração de imóveis ...	22,55	22,02	50,82	53,09

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995/2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996/2002.

De acordo com a Tabela 7, em serviços sociais, serviços pessoais e serviços de distribuição e comunicações, as variações dos rendimentos reais nos quintis 5 (14,80%, 6,72% e 3,75% respectivamente) são bem menores que as variações dos números de pessoas ocupadas nesses subsetores (18,38%, 22,40% e 21,63%), como decorrência do achatamento nas melhores remunerações. E o mesmo movimento se verifica em todos os outros quintis dos serviços de distribuição e comunicações, porém, nesse caso, a perda é muito acentuada também no quintil 4. Nos serviços sociais, os aumentos dos rendimentos reais dos quintis de 1 a 4 (57,07%, 33,70%, 27,68% e 25,43%) superam as elevações do número de pessoas ocupadas com rendimento em dinheiro (18,38%), enquanto, nos serviços pessoais, essa relação se verifica apenas nos quintis 2 e 3.

Tabela 7

Varição do número de pessoas ocupadas e da massa de rendimentos reais, segundo os quintis de renda, nos subsetores do Terciário, no Brasil — 1995-01

(%)

SUBSETORES	PESSOAS OCUPADAS	QUINTIS DE RENDA					Total
		1	2	3	4	5	
Serviços sociais .....	18,38	57,07	33,70	27,68	25,43	14,80	20,88
Serviços pessoais .....	22,40	12,11	27,20	27,73	19,68	6,72	14,11
Serviços de distribuição e comunicações .....	21,63	16,92	13,49	10,89	5,24	3,75	6,27
Serviços de produção .....	24,43	34,83	25,35	14,68	16,53	22,60	21,10
Instituição de crédito e de administração de imóveis	-3,89	-10,28	-23,17	-21,34	-16,86	-11,07	-14,86

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995/2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996/2002.

Nos serviços de produção, apenas no rendimento das pessoas do quintil 1 constatou-se uma variação bem superior à do contingente de ocupados, mas, como os indivíduos desse quintil recebem as menores remunerações, uma mudança significativa de sua participação na renda total exige aumentos ainda maiores. Situação contrária ocorreu para os quintis 3 a 4, ao passo que, no caso dos quintis 2 e 5, as variações dos rendimentos reais e do número de pessoas foram semelhantes.

Para instituições de crédito e de administração de imóveis, a redução de quase 4% na quantidade de trabalhadores ocupados foi amplamente superada

pela significativa redução das massas de rendimentos de todos os quintis, com menores diferenciais para os quintis 1 e 5. A concentração resultou, então, das menores perdas nas remunerações mais altas em relação às perdas dos quintis 2, 3 e 4.

Assim, nos serviços sociais e nos serviços pessoais, a desconcentração dos rendimentos do trabalho é explicada pela redução mais intensa nos melhores rendimentos, enquanto, nas instituições de crédito e de administração de imóveis, a concentração se origina da menor perda nesse estrato. Mas a origem de uma variação da massa de rendimento real menor que a variação do número de pessoas que recebem esses rendimentos, ou mesmo uma variação negativa do rendimento real em vários quintis nos diversos subsetores, deve ser investigada — lembrando que, neste artigo, esse rendimento é o somatório da remuneração dos trabalhadores por conta própria, dos assalariados com carteira e sem carteira e dos funcionários públicos civis e militares.

No caso dos ocupados do mercado formal de trabalho (assalariados com carteira e funcionários públicos), a evolução dos seus rendimentos reais depende muito dos resultados obtidos nas negociações coletivas. O ambiente econômico influencia decisivamente as convenções coletivas; num contexto de inflação e sobretudo de elevada taxa de desemprego, a capacidade de barganha dos sindicatos enfraquece-se, e dificilmente o poder de compra é repostado. No Brasil, segundo o DIEESE, a totalidade das negociações praticadas em 1995 alcançou ou superou o INPC-IBGE; mas, em 1996, essa proporção caiu para 60% e, em 1997, para 55%. Já em 1998, muito provavelmente em decorrência da pequena elevação dos preços durante o ano (2,49% pelo INPC), 65% das categorias profissionais chegaram a esse resultado. Em 1999, contudo, só 50% delas conseguiram assegurar, na data-base, reajustes salariais equivalentes ou superiores àquele índice. Nesse ano, o crescimento do PIB não ultrapassou 0,8%, e a taxa de desemprego média das regiões metropolitanas, medida pela **Pesquisa Mensal de Emprego (PME)** do IBGE, atingiu 7,55%.

Em 2000 e 2001, o percentual de acordos que obtiveram reajustes iguais ou acima do INPC foi de 68%. Nota-se, portanto, que a parcela de negociações que conseguem ao menos a manutenção dos níveis reais de salários se amplia com a melhora do cenário econômico.

No primeiro semestre de 2001, os acordos foram melhores em todos os setores: 93% das categorias ligadas ao comércio, 73% das ligadas à indústria e 66% das ligadas à área de serviços conseguiram repor a inflação. Segundo o **Informativo Eletrônico do DIEESE** (2001), a indústria fez ajustes, com reestruturação e corte de pessoal, o que teria permitido a concessão de índices de reajustes um pouco melhores. Já no comércio, os pisos menores e o fato de

parte dos salários ser comissionada é que poderiam explicar o desempenho superior ao da área de serviços. Este último setor, por sua vez, diante de uma retração da economia, sofre imediatamente seus efeitos, pois a redução no poder de compra acarreta uma redução na aquisição de serviços, e, em consequência, a posição do sindicato dos trabalhadores do setor enfraquece-se na negociação coletiva; e, como os rendimentos dos assalariados com carteira atuam como um farol que orienta a remuneração dos assalariados sem carteira, uma queda em seu patamar pressiona para baixo a remuneração dos trabalhadores sem carteira.

Quanto ao trabalhador por conta própria, sua renda *per capita* pode ser considerada como resultado imediato de um ajustamento nos aspectos econômico e populacional — duas dimensões desse segmento do setor informal (os autônomos) que são explicadas pelo ritmo e pelas peculiaridades do desenvolvimento do núcleo capitalista. Além disso, a renda desses trabalhadores depende do tamanho do mercado, isto é, da renda da clientela e do seu poder de barganha. Entre 1995 e 2001, seu contingente no Setor Terciário cresceu 12%, passando de 8.744.624 para 9.789.171 trabalhadores, mas a participação praticamente permaneceu constante, oscilando levemente, de 23% para 22%, nesse setor, no mesmo período (Tabela 8). Uma elevada quantidade de trabalhadores por conta própria, num contexto econômico que alterna recuperação e recessão, compromete os espaços de atuação desses trabalhadores. O ambiente econômico atuou, então, de forma desfavorável para a recomposição dos rendimentos de todos os trabalhadores, sejam assalariados ou autônomos.

Foram fortemente atingidos aqueles posicionados nas melhores faixas de rendimento, o que se deve, em parte, à reestruturação produtiva, presente em vários subsetores do Terciário — como as instituições financeiras por exemplo —, que levou à redução de níveis hierárquicos e à contratação de vários profissionais altamente qualificados, por meio de empresas terceirizadas. As firmas contratadas passam a pagar conforme os salários, menores, vigentes no mercado geral de trabalho.

Em suma, a deterioração dos rendimentos resultou das adversidades do cenário macroeconômico, que impôs baixas taxas de crescimento econômico e elevados índices de desemprego, associados à intensificação da reestruturação produtiva a partir da segunda metade dos anos 90. Nesse contexto, em alguns subsetores do Terciário houve redução da desigualdade dos rendimentos do trabalho, em consequência do achatamento mais acentuado das melhores remunerações. Ou seja, a desconcentração não se originou de uma elevação significativa dos rendimentos das pessoas situadas nos estratos de menores remunerações, mas ocorreu por meio de um caminho perverso.

Tabela 8

Distribuição dos ocupados no trabalho principal, segundo a posição na ocupação, no Setor Terciário, no Brasil — 1992-2001

	(%)			
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1992	1993	1995	1996
Assalariado com carteira assinada .....	32	31	29	30
Funcionário público estadual e militar ....	11	11	12	12
Assalariado sem carteira assinada .....	13	14	14	15
Trabalhador doméstico com carteira .....	2	2	3	3
Trabalhador doméstico sem carteira .....	11	11	11	10
Conta própria .....	22	23	23	22
Empregadores .....	4	4	4	4
Trabalhador não remunerado .....	4	4	4	3
<b>TOTAL</b> .....	100	100	100	100

  

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1997	1998	1999	2001
Assalariado com carteira assinada .....	30	30	29	30
Funcionário público estadual e militar ....	11	11	11	11
Assalariado sem carteira assinada .....	15	15	15	17
Trabalhador doméstico com carteira .....	3	3	3	3
Trabalhador doméstico sem carteira .....	10	10	10	10
Conta própria .....	22	22	23	22
Empregadores .....	4	4	5	4
Trabalhador não remunerado .....	4	4	4	3
<b>TOTAL</b> .....	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993/2002.

## Notas conclusivas

A consolidação do conjunto de reformas de cunho liberalizante, associada ao êxito de um programa de estabilização econômica e, em vários momentos, à valorização cambial, marcou o Brasil na década de 90. Essas transformações acarretaram um profundo ajuste produtivo na indústria de transformação, implementado em um contexto de ausência de crescimento auto-sustentado, o que se refletiu diretamente sobre o emprego do subsetor, que, na década de 80, já vinha perdendo parte de sua importância. Nos últimos anos, os postos de trabalho nesse integrante do Secundário não conseguiram superar a casa dos 11%, evoluindo muito mais lentamente que o total. Mesmo nos curtos períodos de retomada do crescimento econômico, não houve recuperação dos níveis relativos anteriores, pois a produção não acompanhou o ritmo de aumento da produtividade industrial.

Nesse cenário, o peso do Setor Terciário na estrutura de emprego ampliou-se, para atingir perto de 60% do total em 2001, graças à incorporação de 11,4 milhões de ocupados, um crescimento de mais de 34% desde 1992. Com o ajuste produtivo em curso, esperava-se firme expansão dos serviços vinculados à indústria, assim multiplicando postos de trabalho que exigem certa qualificação e são mais bem remunerados. Expandiram-se esses segmentos, efetivamente, porém não a ponto de ameaçar a posição dos principais absorvedores de mão-de-obra — na verdade, durante esses anos, a estrutura intra-setorial de emprego manteve-se praticamente a mesma, constatando-se apenas alterações de pouca relevância.

Dessa forma, comércio e serviços pessoais e domiciliares (12,2% e 11,2% do emprego em 1992 respectivamente) seguem como os segmentos mais importantes (14,3% e 12,8% em 2001), tendo sido responsáveis, em conjunto, por mais de 5,2 milhões de novos postos de trabalho nos nove anos considerados. Embora o comércio tenha como característica maior grau de heterogeneidade, o que prevalece em ambos é a ocupação pouco qualificada e de baixa remuneração e a informalização, acarretando um tipo de inserção ocupacional que não significa a automática inclusão nos direitos sociais do trabalho.

No Brasil, como já analisado anteriormente, o Índice de Gini atinge valores acima de 0,5, o que o torna um país com um grau de extrema perversidade distributiva. Nesse contexto, como evoluiu a desigualdade dos rendimentos do trabalho entre as pessoas dos diversos subsetores do Terciário?

Os diversos índices de desigualdade dos rendimentos utilizados apontam uma redução, de 1995 para 2001, da desigualdade nos subsetores serviços sociais e serviços pessoais e uma elevação nas instituições de crédito e de

administração de imóveis. Para os serviços de produção, o Índice de Gini, o Índice de Theil-L e a parcela apropriada de renda registram praticamente o mesmo grau de desigualdade, enquanto o Índice de Theil-T aponta uma elevação. O Índice de Gini e a parcela apropriada da renda calculados para os serviços de distribuição e comunicações apontaram praticamente uma estabilidade do diferencial de rendimentos, mas os demais índices revelaram uma pequena redução nessa desigualdade.

Nos serviços sociais e nos serviços pessoais, a desconcentração dos rendimentos do trabalho é explicada pela redução mais intensa dos melhores rendimentos, enquanto, nas instituições de crédito e de administração de imóveis, a concentração origina-se da menor perda nesse estrato.

Assim, a redução das desigualdades dos rendimentos do trabalho em alguns subsetores do Terciário é proveniente de um achatamento mais acentuado dos melhores salários. A desconcentração não resultou de uma elevação significativa dos rendimentos das pessoas situadas nos estratos de menores remunerações.

## Referências

BAUMOL, W. J. Productivity policy and the service sector. In: IMNAN, R. P. (Org.). **Managing service economy: prospects and problems**. Cambridge: University Press, 1985, p. 201-223.

BELL, D. **The coming of post-industrial society, a venture in social forecasting**. New York: Basic Books, 1973, 230p.

**BOLETIM ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**. Brasília, v. 8, n. 5, maio 2003. Disponível em: <http://mpas.gov.br/> Acesso em: 13 set. 2003.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Seguro-Desemprego**. Brasília, DF: MTE, 2003. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/>

CACCIAMALI, M. C. **Processo de informalidade, flexibilização das relações de trabalho e proteção social na América Latina: perdas na contribuição à seguridade social no Brasil**. São Paulo: PUC-SP, 2001. (Texto para discussão, n. 10). 30p.

CACCIAMALI, M. C.; JOSÉ-SILVA, M. F. **Mais informalidade, menos cidadania:** os efeitos criados por esse círculo vicioso sobre a formulação da política social na América Latina. São Paulo: PROLAM, 2003. (Cadernos do Prolam, v. 2, n. 2). 20p.

CASTELLS, M.; AOYOMA, Y. (1994). Hacia la Sociedad de la Información: estrutura del empleo en los países del G-7 de 1920 a 1990. **Revista Internacional del Trabajo**, Genebra: OIT, n. 1, v. 113, p. 5-36, 1994.

IBGE. **Censo Demográfico 1940/1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1952/1996.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil:** séries econômicas demográficas e sociais de 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993/2002.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999:** microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (CD-ROM).

**INFORMATIVO ELETRÔNICO DO DIEESE**. São Paulo, v. 2, n.18, set. 2001. Disponível em: <http://www.dieese.org.br> Acesso em: 15 set. 2003.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas: Alínea, 2003, 141p.

MELO, H. P. et al. (1998). **Setor serviços no Brasil:** uma visão global — 1985/95. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para Discussão, n. 549). 48p.

NORONHA, E. G. Leis, mercados e relações de trabalho no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 9, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 1999, p. 1-43.

RIBEIRO, R. O movimento de desindustrialização no Brasil e as possíveis mudanças e continuidades no Setor Terciário. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 2, Curitiba. **Anais...** Curitiba, ANPEC, 1999, p. 1-22. (CD-ROM).

ROWTHORN, R.; RAMASWAY, R. **Deindustrialization:** causes and implications. Fondo Monetário Internacional, 1997, p. 1-38. (Working Papers).

SILVA E MEIRELLES, D. **O setor de serviços e os serviços de infra-estrutura econômica**. Rio de Janeiro: UFRJ, IE, 2003. (Tese de Doutorado).

SINGER, P. A cidadania para todos. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, 591p.

WELLER, J. Procesos de exclusión e inclusión laboral: la expansión del empleo en sector terciário. Santiago: CEPAL, 2001, p. 1-105. (Serie macroeconomía del desarrollo, n. 6).

WIECZOREK, J. Sectoral trends in world employment and shift toward services. **International Labour Review**, Ginebra: OIT, n. 2, v. 134, p. 205-226, 1995.